

**AÇÕES COMUNITÁRIAS NA  
PROMOÇÃO DA SAÚDE  
COLETIVA: UMA REVISÃO  
INTEGRATIVA DA  
LITERATURA**

COMMUNITY ACTIONS IN PROMOTING PUBLIC HEALTH: AN INTEGRATIVE  
LITERATURE REVIEW

Ciências da Saúde • 08/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775577087](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775577087)

---

Marcos Gustavo Oliveira da Silva<sup>1</sup>

Pedro Tardelly Diniz Filgueira<sup>2</sup>

Maria Josilaine das neves de Carvalho<sup>3</sup>

Vinícius Souto Magalhães<sup>4</sup>

Édila Figuerêdo Feitosa Cavalcanti<sup>5</sup>

Ivalter José Furbino Ferreira<sup>6</sup>

Lívia Jacqueline Gomes Muniz<sup>7</sup>

Deocleciana Felisardo de Magalhães<sup>8</sup>

Gustavo Anderson de Souza Lima<sup>9</sup>

Thainara da Silva dos Santos<sup>10</sup>

Thainá Romão Paiva de Araújo<sup>11</sup>

Jeyse Anne Vasconcelos da Silva<sup>12</sup>

---

## RESUMO

A promoção da saúde constitui uma estratégia fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais e melhoria das condições de vida das populações. Nesse contexto, as ações comunitárias destacam-se como instrumentos importantes para fortalecer a participação social, ampliar o acesso à informação em saúde e incentivar práticas preventivas. O presente estudo teve como objetivo analisar a importância das ações comunitárias na promoção da saúde coletiva. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Scopus, considerando publicações entre os anos de 2019 e 2025, nos idiomas português e inglês. Foram utilizados descritores relacionados à promoção da saúde, participação da comunidade, determinantes sociais da saúde e atenção primária à saúde, combinados pelo operador booleano AND. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados estudos que abordavam a relação entre ações comunitárias e promoção da saúde. Os resultados evidenciam que o engajamento comunitário contribui para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, ampliação do acesso à informação e adoção de práticas saudáveis. Além disso, observa-se que a articulação entre políticas públicas, participação social e atenção primária à saúde potencializa a efetividade das intervenções voltadas à promoção da saúde. Conclui-se que as ações comunitárias desempenham papel essencial na construção de sistemas de saúde mais participativos, equitativos e orientados às necessidades da população.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Participação da Comunidade; Política de Saúde.

## **ABSTRACT**

Health promotion is a fundamental strategy for addressing social inequalities and improving the living conditions of populations. In this context, community actions stand out as important instruments for strengthening social participation, expanding access to health information, and encouraging preventive practices. This study aimed to analyze the importance of community actions in promoting collective health. This is an integrative literature review, with a qualitative approach, carried out in the SciELO, PubMed, and Scopus databases, considering publications between 2019 and 2025, in Portuguese and English. Descriptors related to health promotion, community participation, social determinants of health, and primary health care were used, combined by the Boolean operator AND. After applying the inclusion and exclusion criteria, studies that addressed the relationship between community actions and health promotion were selected. The results show that community engagement contributes to strengthening individual autonomy, expanding access to information, and adopting healthy practices. Furthermore, it is observed that the articulation between public policies, social participation, and primary health care enhances the effectiveness of interventions aimed at health promotion. It is concluded that community actions play an essential role in building more participatory, equitable, and population-oriented health systems.

**Keywords:** Health Promotion; Social Determinants of Health; Primary Health Care; Community Participation; Health Policy.

## **INTRODUÇÃO**

A promoção da saúde tem sido amplamente reconhecida como uma estratégia fundamental para o enfrentamento dos desafios

contemporâneos relacionados às condições de saúde das populações. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente no modelo biomédico, a promoção da saúde busca incorporar dimensões sociais, econômicas e culturais que influenciam o processo saúde-doença, enfatizando a necessidade de intervenções que considerem os contextos de vida das comunidades. Nesse sentido, políticas e estratégias voltadas à promoção da saúde têm buscado fortalecer ações intersetoriais e participativas capazes de ampliar o bem-estar coletivo e reduzir desigualdades sociais em saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Nesse cenário, o engajamento comunitário tem sido apontado como elemento central para a construção de estratégias efetivas de saúde pública, contribuindo para o fortalecimento da participação social, da autonomia dos indivíduos e da corresponsabilização coletiva na produção do cuidado em saúde. A participação ativa da comunidade favorece a identificação das necessidades locais, possibilitando o desenvolvimento de intervenções mais adequadas às realidades sociais e culturais das populações (AKINTOBI et al., 2025; BOHREN et al., 2025).

No contexto brasileiro, a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um marco na organização das políticas públicas de saúde ao estabelecer princípios como universalidade, equidade e integralidade da atenção. Desde sua implementação, o sistema tem promovido avanços importantes na ampliação do acesso aos serviços de saúde e na implementação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados às desigualdades sociais, às limitações de

financiamento e às disparidades regionais na oferta de serviços (CASTRO et al., 2019).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico na organização do cuidado, atuando como porta de entrada preferencial do sistema de saúde e como eixo estruturante da rede de atenção. A APS possibilita o desenvolvimento de ações territorializadas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo da população, favorecendo a aproximação entre os serviços de saúde e as comunidades (GIOVANELLA et al., 2020).

As ações comunitárias inseridas no âmbito da APS configuram-se como importantes instrumentos para o fortalecimento da educação em saúde e para a ampliação do acesso à informação entre diferentes grupos populacionais. Essas iniciativas contribuem para a construção de vínculos entre profissionais de saúde e comunidade, além de estimular a participação ativa dos indivíduos nos processos de cuidado e na adoção de práticas saudáveis (SILVA; BAPTISTA, 2020).

Outro aspecto fundamental refere-se à influência dos determinantes sociais da saúde, que englobam fatores estruturais como condições socioeconômicas, nível educacional, acesso a serviços básicos e condições de moradia. Esses determinantes exercem impacto direto sobre os padrões de morbimortalidade e sobre as desigualdades em saúde observadas entre diferentes populações. Dessa forma, compreender a relação entre determinantes sociais e condições de saúde torna-se essencial para o planejamento de políticas públicas mais equitativas (CARVALHO; AKERMAN, 2019). De acordo com MARMOT et al. (2020), as iniquidades em saúde estão fortemente

associadas a desigualdades estruturais presentes nas sociedades contemporâneas, evidenciando a necessidade de estratégias intersetoriais capazes de atuar sobre esses determinantes de forma abrangente.

Nesse sentido, iniciativas baseadas no engajamento comunitário têm sido apontadas como estratégias promissoras para a promoção da saúde e para o enfrentamento de doenças crônicas e condições associadas às desigualdades sociais. Programas comunitários de educação em saúde e participação social demonstram potencial para melhorar indicadores de saúde, especialmente quando associados a abordagens interdisciplinares e intersetoriais (GAO et al., 2025; OGOLLA et al., 2025). Além disso, a articulação entre diferentes setores das políticas públicas é considerada essencial para ampliar a efetividade das ações em saúde coletiva e promover intervenções mais abrangentes sobre os determinantes sociais da saúde (SOUZA; COSTA, 2020).

Entretanto, apesar do reconhecimento da importância da participação comunitária na promoção da saúde, ainda persistem desafios relacionados à institucionalização dessas práticas nos sistemas de saúde. No contexto brasileiro, a participação social constitui princípio estruturante do SUS; contudo, sua implementação enfrenta obstáculos relacionados à fragilidade de alguns espaços participativos, à limitada integração entre gestores, profissionais e comunidade, e à necessidade de fortalecimento das estratégias de controle social (REIS; SANTOS, 2021).

Diante desse contexto, torna-se relevante ampliar a compreensão sobre o papel das ações comunitárias no fortalecimento das estratégias de promoção da saúde e na redução das desigualdades

em saúde. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância das ações comunitárias na promoção da saúde coletiva, destacando sua contribuição para o fortalecimento da participação social, melhoria das condições de saúde da população e enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, que tem como objetivo analisar a importância das ações comunitárias na promoção da saúde coletiva. A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Scopus.

Foram utilizados descritores indexados no DeCS – Descritores em Ciências da Saúde e no Medical Subject Headings (MeSH), sendo eles: *Promoção da Saúde*, *Participação da Comunidade*, *Atenção Primária à Saúde* e *Determinantes Sociais da Saúde*, combinados pelo operador booleano AND.

Como critérios de inclusão foram considerados artigos publicados entre 2019 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordassem ações comunitárias relacionadas à promoção da saúde. Foram excluídos estudos duplicados, revisões narrativas, dissertações e trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema.

Após a busca, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para seleção inicial dos estudos. Em seguida, os artigos elegíveis foram analisados na íntegra, sendo organizados e analisados qualitativamente quanto aos seus objetivos, metodologia e principais resultados.

## RESULTADOS

A busca realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Scopus resultou inicialmente em um conjunto amplo de publicações relacionadas à promoção da saúde, participação comunitária e determinantes sociais da saúde. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram selecionados estudos considerados relevantes para análise da temática proposta.

Os artigos incluídos na revisão abordaram diferentes dimensões relacionadas à promoção da saúde coletiva, destacando principalmente o papel das ações comunitárias, a influência dos determinantes sociais da saúde e a importância da Atenção Primária à Saúde na organização das estratégias de cuidado. De maneira geral, os estudos evidenciam que a participação ativa da comunidade constitui um fator fundamental para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes voltadas à prevenção de doenças e promoção do bem-estar (AKINTOBI et al., 2025; BOHREN et al., 2025).

Entre os principais achados identificados na literatura, destaca-se a relevância do engajamento comunitário no planejamento e na implementação de programas de promoção da saúde. Estudos apontam que intervenções que envolvem diretamente a população tendem a apresentar maior impacto na melhoria dos indicadores de saúde, especialmente em contextos caracterizados por desigualdades sociais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (GAO et al., 2025; MONTIEL et al., 2025).

Outro aspecto frequentemente identificado nos estudos refere-se ao papel das ações de educação em saúde desenvolvidas no âmbito

comunitário. Programas educativos realizados em unidades de saúde, escolas e espaços comunitários demonstram potencial para ampliar o conhecimento da população sobre fatores de risco relacionados a doenças crônicas não transmissíveis, além de estimular a adoção de comportamentos saudáveis e práticas de autocuidado (OGOLLA et al., 2025; SILVA; BAPTISTA, 2020).

Os resultados também evidenciam a importância da Atenção Primária à Saúde na implementação dessas estratégias. Por atuar diretamente no território e manter contato contínuo com a população, esse nível de atenção favorece a aproximação entre serviços de saúde e comunidade, possibilitando o desenvolvimento de ações educativas e preventivas mais alinhadas às necessidades locais (GIOVANELLA et al., 2020).

Além disso, a literatura analisada destaca que as ações comunitárias podem contribuir para a redução das desigualdades em saúde quando associadas a políticas públicas que busquem enfrentar os determinantes sociais do processo saúde-doença. Fatores como condições socioeconômicas, nível educacional e acesso a serviços básicos influenciam diretamente o perfil de saúde das populações, sendo necessários esforços intersetoriais para promover maior equidade em saúde (CARVALHO; AKERMAN, 2019; MARMOT et al., 2020).

De forma geral, os estudos analisados indicam que estratégias baseadas no engajamento comunitário fortalecem a autonomia dos indivíduos, ampliam o acesso à informação em saúde e favorecem o desenvolvimento de práticas preventivas no contexto das comunidades. Esses achados reforçam a importância da participação social e da atuação territorializada da Atenção Primária

à Saúde como elementos centrais para o fortalecimento das políticas de promoção da saúde coletiva (REIS; SANTOS, 2021; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

## **DISCUSSÃO**

Os achados desta revisão evidenciam que as ações comunitárias desempenham papel central na promoção da saúde coletiva, sobretudo por favorecerem a participação social, a disseminação de informações em saúde e o fortalecimento do vínculo entre população e serviços de saúde. A literatura analisada demonstra que o engajamento comunitário tem sido reconhecido como componente essencial para o desenvolvimento de estratégias de saúde pública mais eficazes, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (AKINTOBI et al., 2025; BOHREN et al., 2025).

Nesse sentido, a participação ativa da comunidade contribui para o planejamento e implementação de intervenções mais adequadas às necessidades locais. Quando os indivíduos passam a atuar como sujeitos ativos no processo de produção do cuidado em saúde, ocorre o fortalecimento da autonomia coletiva e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais efetivas frente aos desafios sanitários presentes nos territórios. Estudos apontam que iniciativas baseadas na participação comunitária favorecem o compartilhamento de conhecimentos, o fortalecimento da confiança entre profissionais de saúde e população e a construção de soluções coletivas para problemas de saúde pública (MONTIEL et al., 2025).

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se ao papel da educação em saúde no fortalecimento das ações comunitárias. Estratégias educativas realizadas no âmbito comunitário ampliam a capacidade dos indivíduos de compreender informações relacionadas à saúde e de tomar decisões mais conscientes sobre práticas preventivas e hábitos de vida. Nesse contexto, a educação em saúde deixa de assumir caráter exclusivamente informativo e passa a ser compreendida como um processo participativo que estimula o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva (SILVA; BAPTISTA, 2020).

Além disso, programas comunitários de educação em saúde têm demonstrado impacto significativo na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Intervenções voltadas à promoção de hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada, prática de atividade física e controle de fatores de risco, apresentam potencial para reduzir a incidência de agravos relacionados ao estilo de vida, especialmente em populações vulneráveis (OGOLLA et al., 2025). Dessa forma, as ações educativas desenvolvidas no território contribuem para a melhoria dos indicadores de saúde e para o fortalecimento da cultura de prevenção.

A Atenção Primária à Saúde também se destaca como elemento estruturante para a implementação dessas estratégias. Por atuar diretamente no território e estabelecer vínculo contínuo com a população, esse nível de atenção possibilita o desenvolvimento de intervenções mais próximas das realidades sociais vivenciadas pelas comunidades. A organização das ações de promoção da saúde no âmbito da atenção primária favorece a identificação precoce de problemas de saúde, o acompanhamento longitudinal das famílias e

o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à prevenção de doenças (GIOVANELLA et al., 2020).

Nesse contexto, destaca-se ainda a importância da atuação das equipes de saúde da família e dos agentes comunitários de saúde, que desempenham papel fundamental na articulação entre os serviços de saúde e a população. Esses profissionais contribuem para o fortalecimento das ações de promoção da saúde ao realizarem atividades educativas, visitas domiciliares e acompanhamento contínuo das condições de saúde das famílias, facilitando o acesso da comunidade às políticas públicas e aos serviços de saúde.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à influência dos determinantes sociais da saúde na produção das desigualdades sanitárias. Fatores como renda, escolaridade, condições de moradia e acesso a serviços básicos exercem impacto significativo sobre o perfil de morbimortalidade das populações, evidenciando que os problemas de saúde não podem ser compreendidos apenas sob a perspectiva biomédica. Nesse sentido, compreender a relação entre condições sociais e saúde torna-se fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais equitativas (CARVALHO; AKERMAN, 2019).

De acordo com Marmot et al. (2020), as desigualdades em saúde estão diretamente associadas a estruturas sociais que produzem diferenças no acesso a oportunidades e recursos essenciais para a manutenção da saúde. Dessa forma, estratégias voltadas à promoção da saúde precisam considerar não apenas intervenções no campo biomédico, mas também ações que atuem sobre os determinantes sociais que influenciam o processo saúde-doença.

Nesse cenário, a intersetorialidade emerge como elemento fundamental para o fortalecimento das políticas públicas de promoção da saúde. A integração entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e políticas urbanas, permite o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes e eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais e sanitárias. A articulação entre políticas públicas amplia a capacidade de intervenção sobre fatores estruturais que influenciam as condições de vida da população (SOUZA; COSTA, 2020).

Apesar dos avanços observados na implementação de estratégias comunitárias no contexto da promoção da saúde, a literatura também aponta desafios importantes relacionados à consolidação dessas práticas. Entre os principais obstáculos destacam-se limitações estruturais dos serviços de saúde, dificuldades de financiamento e fragilidades em alguns mecanismos de participação social. Esses fatores podem comprometer a continuidade e a efetividade das ações comunitárias, especialmente em regiões caracterizadas por maiores vulnerabilidades sociais (CASTRO et al., 2019).

No contexto brasileiro, embora a participação social seja reconhecida como princípio estruturante do Sistema Único de Saúde, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à mobilização da população e ao fortalecimento dos espaços institucionais de controle social. Conselhos de saúde e outras instâncias participativas desempenham papel relevante na democratização das políticas públicas, porém sua efetividade depende do fortalecimento da participação cidadã e da ampliação do diálogo entre gestores, profissionais e comunidade (REIS; SANTOS, 2021).

Diante desse panorama, o fortalecimento das ações comunitárias exige investimentos contínuos em políticas públicas voltadas à promoção da saúde, bem como o desenvolvimento de estratégias que estimulem a participação social e a atuação intersetorial. Iniciativas que valorizem o conhecimento local, promovam a educação em saúde e incentivem o protagonismo comunitário apresentam grande potencial para contribuir na redução das desigualdades em saúde e na melhoria das condições de vida das populações.

## **CONCLUSÃO**

As evidências analisadas nesta revisão indicam que as ações comunitárias desempenham papel fundamental na promoção da saúde coletiva, especialmente por promoverem o fortalecimento da participação social, a ampliação do acesso à informação em saúde e o estímulo à adoção de práticas preventivas e de autocuidado. A participação ativa da comunidade nos processos de planejamento e implementação das intervenções em saúde contribui para o desenvolvimento de estratégias mais adequadas às necessidades locais, favorecendo maior efetividade das políticas públicas e fortalecendo a corresponsabilização da população na produção do cuidado em saúde.

Nesse contexto, a integração entre profissionais de saúde, comunidade e diferentes setores das políticas públicas mostra-se essencial para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde, uma vez que fatores como condições socioeconômicas, acesso à educação, moradia e serviços básicos exercem influência significativa sobre as condições de saúde das populações. A articulação entre diferentes áreas de atuação, associada ao

fortalecimento da participação comunitária, contribui para o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes e capazes de promover maior equidade em saúde.

Destaca-se também o papel estratégico da Atenção Primária à Saúde na implementação de ações comunitárias voltadas à promoção da saúde, uma vez que sua atuação territorializada favorece a aproximação entre serviços de saúde e população. Por meio do acompanhamento contínuo das comunidades, da realização de atividades educativas e da identificação precoce de fatores de risco, a atenção primária contribui significativamente para o fortalecimento das práticas preventivas e para a melhoria dos indicadores de saúde.

Apesar dos avanços observados, a literatura evidencia que ainda persistem desafios relacionados à consolidação das ações comunitárias no âmbito das políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere às desigualdades sociais, às limitações estruturais dos serviços de saúde e à necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação social. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar investimentos em estratégias de promoção da saúde que valorizem o protagonismo comunitário, a atuação intersetorial e o desenvolvimento de práticas educativas no território.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento das ações comunitárias representa uma estratégia essencial para a construção de sistemas de saúde mais participativos, equitativos e orientados às necessidades da população. A ampliação de programas territoriais de promoção da saúde, aliada ao incentivo à participação social e à integração entre diferentes setores das políticas públicas, pode

contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida e para a redução das desigualdades em saúde nas diferentes regiões do Brasil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AKINTOBI, Temitope H. et al. Community engagement is central to public health and chronic disease prevention. *American Journal of Public Health*, 2025.

BOHREN, Meghan A. et al. Community engagement in health guideline development: a global analysis. *Bulletin of the World Health Organization*, 2025.

CARVALHO, Sérgio Resende; AKERMAN, Marco. Determinantes sociais da saúde: desafios para a saúde coletiva no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 43, n. especial 8, p. 25–36, 2019.

CASTRO, Marcia Cristina et al. Brazil's unified health system: progress and challenges. *The Lancet*, v. 394, 2019.

GAO, Yanan et al. The promotion and development of community health: theories and applications. *Frontiers in Public Health*, 2025.

GIOVANELLA, Ligia et al. Atenção primária à saúde e cobertura universal: avanços e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1355–1364, 2020.

MARMOT, Michael et al. Health equity in England: the Marmot Review 10 years on. *BMJ*, v. 368, 2020.

MONTIEL, Cristina et al. Community engagement in public health: challenges and innovations. *Critical Public Health*, 2025.

OGOLLA, Collins O. et al. Impact of community health education programs on noncommunicable diseases in rural populations. *BMC Public Health*, 2025.

REIS, Ademar Arthur Chioro dos; SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Participação social no SUS: avanços e desafios contemporâneos. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 130, p. 254–267, 2021.

SILVA, Maria José de Souza; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Educação em saúde e práticas comunitárias no SUS. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, 2020.

SOUZA, Renilson Rehem de; COSTA, Nilson do Rosário. Intersetorialidade nas políticas públicas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 4, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global report on community engagement for health*. Geneva: WHO, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Health promotion glossary of terms 2021*. Geneva: WHO, 2021.

---

<sup>1</sup> Cirurgião-Dentista. Mestre em Saúde da Família - Centro de pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM- FIOCRUZ) Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: [marcos.osilva@hotmail.com](mailto:marcos.osilva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Cirurgião-Dentista. Doutor em Odontologia, Universidade de Pernambuco – UPE, Arcoverde - Pernambuco, Brasil. E-mail:

<sup>3</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Maurício de Nassau, Campus Caruaru. Bezerros, Pernambuco, Brasil. E-mail:

[Josilaine.carvalho.odontologia@gmail.com](mailto:Josilaine.carvalho.odontologia@gmail.com)

<sup>4</sup> Cirurgião-Dentista. Mestre em Odontologia, Centro Universitário FIS – UNIFIS. Serra Talhada - Pernambuco, Brasil. E-mail:

[viniciussoutoodonto@gmail.com](mailto:viniciussoutoodonto@gmail.com)

<sup>5</sup> Cirurgiã-Dentista. Doutora em Ciências (FCM/UFRJ), Universidade de Pernambuco - Instituto de Ciências Biológicas (ICB/UPE), Recife -

PE, Brasil. E-mail: [edila.feitosa@upe.br](mailto:edila.feitosa@upe.br)

<sup>6</sup> Cirurgião-Dentista. Especialista em Periodontia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em Implantodontia – Faculdade Metropolitana de Ciências e Tecnologia - Natal, Rio

Grande do Norte, Brasil. E-mail: [ivalterjose@gmail.com](mailto:ivalterjose@gmail.com)

<sup>7</sup> Cirurgiã-Dentista. Especialista em Saúde Bucal e Odontopediatria. Centro Universitário FIS – UNIFIS. Serra Talhada, Pernambuco, Brasil.

E-mail: [liviamuniz.odontologia@gmail.com](mailto:liviamuniz.odontologia@gmail.com)

<sup>8</sup> Cirurgiã-Dentista. Especialista em Implantodontia, Centro Universitário FIS – UNIFIS, Serra Talhada, Pernambuco, Brasil. E-mail:

[deocle2017@outlook.com.br](mailto:deocle2017@outlook.com.br)

<sup>9</sup> Cirurgião-Dentista. Especialista em Implantodontia, Prótese e Dentística, Centro Universitário FIS – UniFIS, Serra Talhada,

Pernambuco, Brasil. E-mail: [gusttavoanderson14@gmail.com](mailto:gusttavoanderson14@gmail.com)

<sup>10</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: [thainarasantos1927@gmail.com](mailto:thainarasantos1927@gmail.com)

<sup>11</sup> Pós-graduação em Nutrição Clínica nas Fases da Vida. Centro Universitário FIS – UNIFIS, Serra Talhada - Pernambuco, Brasil. E-mail: [thainapaiva.nutri@gmail.com](mailto:thainapaiva.nutri@gmail.com)

<sup>12</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU, Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: [jeyse.anne.vasconcelos@gmail.com](mailto:jeyse.anne.vasconcelos@gmail.com)